

O tempo para a análise e o tornar-se analista¹

Fernando Barbosa de Almeida² e Heliane Leitão³

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão acerca do tempo no processo de análise e na formação do analista. Inicialmente procuramos identificar “sinais” que demarquem tanto o início quanto o término de uma análise. A seguir tentamos estabelecer um paralelo entre a análise pessoal e a formação do analista, compreendendo que ambos os processos ocorrem dentro do tempo cronológico e do tempo subjetivo.

O tema do tempo e da análise pode ser considerado em diversas conotações. Podemos pensar em tempo para a análise, tempo da análise, tempo na análise... Análise também podendo ser compreendida como processo interno ou como situação de tratamento. Dependendo da ênfase escolhida priorizamos e significamos a noção de tempo.

A principal dificuldade em tratar o tema do tempo parece ligar-se ao fato dele revelar os limites da nossa ação na análise, seja como analisantes ou como analistas. Assim como a vida, a análise acontece dentro de limites espaciais e temporais.

Neste artigo, nos propomos inicialmente a pensar no tempo em relação ao processo de análise pessoal e em seguida tentamos apreender o que desta reflexão se aplica ao processo de formação do analista. A questão da identidade, do revelar-se quem sou, perpassa cada um desses níveis de investimento.

Quando se inicia uma análise e **quanto tempo** ela deve durar? E, ainda, **quando** se constitui o **momento** de tornar-se analista? Estas são perguntas fundamentais e que nortearão nossa reflexão. Procuraremos estabelecer um paralelo entre o que constitui o processo de análise pessoal e o processo de formação do analista.

O Tempo e a Análise Pessoal

A análise é conhecida como um processo terapêutico longo. Em alguns contextos esta característica do tratamento é vista como anacrônica e inviável para uma sociedade onde a pressa e a velocidade das informações é predominante. A possibilidade de formas abreviadas de terapia se coloca atraente. Mas o elemento a nortear o tempo de duração da análise passa pela própria compreensão do que a constitui. Em “Análise terminável e interminável”, Freud (1937) afirma que *“se quisermos atender às exigências mais rigorosas feitas à terapia analítica, nossa estrada não nos conduzirá a um abreviamento de sua duração, nem passará por ele.”* (p. 239).

A questão do tempo no processo de análise remete a duas principais conotações. Primeiramente podemos falar do **tempo pessoal e subjetivo** que determina o momento para se iniciar a análise, e que se caracteriza como o tempo interno necessário para o processo de análise ocorrer na medida em que possibilita as mudanças internas. Mas também podemos falar no tempo objetivo para o tratamento, caracterizado pela delimitação da duração das sessões e do contrato terapêutico.

¹ Trabalho apresentado na II Jornada Interna do GPAL em dezembro/2002.

² Psicólogo clínico (UFPE), Psicanalista e Presidente do GPAL.

³ Psicóloga clínica (UFPE), PhD em Psicologia (University of Kent, Inglaterra), Professora do Departamento de Psicologia da UFAL e membro do GPAL.

O tempo para a análise e o tornar-se analista

Afinal, a análise acontece dentro da dimensão temporal da existência humana e ocorre dentro da cronologia da história de vida do sujeito e suas perspectivas pessoais de passado, presente e futuro.

Estas duas dimensões de tempo se colocam intrincadas e uma não pode se constituir sem a outra. A análise demanda tempo subjetivo interno, como também tempo cronológico. O tempo da análise não se limita ao tempo de duração das sessões ou do tratamento (cronológico) mas remete ao tempo do inconsciente (subjetivo) e envolve o tempo entre as sessões (cronológico e subjetivo). Além disso, o tempo para as mudanças internas no processo de análise é favorecido e pode ser construído durante o tratamento.

Partindo destas duas dimensões do tempo, consideremos as seguintes questões: **Quando** se inicia uma análise? **Quanto tempo** deve durar uma análise? **Quando** se termina uma análise?

- O **início** da análise:

Quais as evidências de que a análise iniciou? Ou, como sabemos que um cliente está em análise?

Alguns consideram que o processo de análise se inicia no movimento de contactar o analista para marcar uma entrevista. Este gesto e as fantasias que o envolvem estabeleceriam os primeiros elementos fundadores da relação transferencial.

Preferimos adotar uma outra compreensão, que considera o início da análise a partir de sinais que ocorrem dentro de uma relação estabelecida pelo analisante com a pessoa do analista. Estes sinais evidenciam uma implicação do analisante na relação com o analista, reveladores de um investimento em si mesmo. Este fenômeno é possibilitado pela "retificação subjetiva", através da qual o analista busca provocar no analisante uma compreensão de sua posição no real e de sua participação no seu sofrimento (Quinet, 1998). O

analista procura levar o analisante a sair da posição de vítima, se perguntar qual a sua parte na queixa que apresenta e a constatar sua responsabilidade na fabricação da realidade e na escolha de sua neurose. Maria Rita Kehl (2002) afirma que a retificação subjetiva é um dos objetivos iniciais do analista:

Por isso, uma vez instalada a transferência, a segunda tarefa de um analista é produzir o que se chama a 'retificação subjetiva' do analisando: deslocá-lo de suas certezas iniciais, desconstruir o conjunto de argumentos com que ele explica seu sofrimento, procurando colocar-se na posição mais cômoda de vítima do que os outros lhe fazem, para implicá-lo em seu sintoma. (p. 145).

Como consequência, o analisante abandona as explicações prontas e a posição de vítima e assume uma atitude de reflexão pessoal e investimento em si mesmo que marcam o início da análise. De acordo com Kehl (2002), "quando o analisando deixa de se explicar e passa a se questionar; tem início a análise propriamente dita." (p. 146).

Um dos sinais de que a análise iniciou seria, ainda, o uso de associações livres pelo analisante, fato que revela sua sujeição ao inconsciente. Um outro sinal da implicação do analisante na sua relação com o analista, que pode ser considerado como demarcador do início da análise, pode ser visto no seguinte exemplo: o analisante informa que pensou na análise ou no analista no contexto do seu cotidiano, fora da situação das sessões.

- O **"término"** da análise:

Qual o tempo de duração de uma análise? É possível falar em **término** da análise?

Freud (1913), afirma: "Na verdade, a pergunta relativa à duração provável de um tratamento é quase irrespondível."

(p.170). Segundo Freud (1937), a expressão 'término de uma análise' é ambígua.

Retomando nossas colocações iniciais, talvez seja adequado falar em término da análise dentro do tempo cronológico, mas não no tempo subjetivo. No contexto da subjetividade, a análise pode ser concluída mas não terminada. Enquanto processo interno a análise continua fora da situação de contrato com o analista.

Como não poderia deixar de ser, esta reflexão sobre o tempo evoca o conceito de transferência. O conceito de transferência em si mesmo já remete à questão do tempo. É a relação entre passado e presente, ou melhor, a presentificação do passado, que caracteriza a compreensão dos conflitos e do fenômeno da transferência. A necessidade de comunicação entre passado e presente e a 'integração' destes *dois tempos*, infantil e adulto é definidora da análise. O próprio trabalho do analista é comparado ao do arqueólogo.

Laplanche (1992) nos fala que a análise pode ser compreendida como ao mesmo tempo limitada, infinita e terminável. A análise é limitada pelo inconsciente e no inconsciente. Laplanche nos adverte que podemos nos aproximar desse limite inconsciente e até vencê-lo, mas não aboli-lo. Mesmo limitada (ou talvez justamente por ser limitada), a análise é infinita pois o processo auto-interpretativo é potencialmente infinito. Mas a análise enquanto situação e enquanto tratamento é terminável. Laplanche coloca que o término da análise não pode significar a "dissolução da transferência", mas pode ser concebido na "*transferência da transferência*". Ou seja, "*pode apenas significar a transferência desse processo de transferência para um ou vários outros lugares, em uma ou várias outras relações*" (Laplanche, 1992, p.173). O importante no processo da análise é a possibilidade de apreensão deste momento crítico em que a transferência da transferência é possível. Apreender este momento possibilita o reconhecimento do término da análise e a permissão para que ele ocorra.

No final da análise o sintoma deve adquirir sua dimensão de significante. É este o processo que parece possibilitar o que Laplanche concebe como a transferência da transferência.

A análise, portanto, continua na transferência a outros objetos e situações, fora do contexto das sessões e do enquadre da relação com o analista. Isto se evidencia no investimento em si mesmo e nas possibilidades de investimento em relações interpessoais e realizações. Isto se expressa no cuidado consigo mesmo, na sublimação e na possibilidade de obtenção de prazer no amor e no trabalho.

Quais os sinais que, na prática, seriam indicadores da aproximação desse momento de conclusão do processo de análise?

A partir de nossa experiência clínica, pensamos num sentimento de "descolamento" no vínculo estabelecido entre o analisante e o analista. O analista sente que sua participação no processo se torna menor e que o analisante se coloca mais ativo e autônomo no encaminhamento das sessões e nas articulações e associações do conteúdo de sua própria fala. O analista vai se tornando menos importante, até que possa deixar de existir. Certamente a compreensão deste processo só pode ocorrer no contexto da transferência e da contratransferência.

Estes sentimentos do analista parecem correlatos do fenômeno de "destituição subjetiva" observado no final da análise (Quinet, 1998; Braga, 1998). Ao final da análise o sujeito se depara com a constatação de ser um ser de pura falta. Durante o processo de análise o analisante vai abandonando os significantes pelos quais ele se representa. Gradualmente abre mão dos significantes que fazem parte do ideal do eu, destituindo também o Outro enquanto ideal. A destituição subjetiva corresponde ao advento do ser. Há uma perda de referências e o analista é destituído enquanto sujeito suposto saber. Quinet (1998) assim descreve este processo:

O tempo para a análise e o tornar-se analista

Isso implica que, do ponto de vista do analisante, o analista é atingido em sua dimensão de Outro aparecendo cada vez mais na posição de resto, reduzindo-se a um significante qualquer. A destituição subjetiva é também destituição do sujeito suposto saber; pivô da transferência, o que promove a dissipação do amor transferencial, perdendo o analista a causa da transferência: a galma. O analista perde o valor de objeto precioso de maravilhamento para adquirir o valor de dejetivo, rebotalho do processo analítico. O advento do ser correlato à destituição subjetiva do analisante corresponde no analista a um efeito de "dessaer"—ele é deixado, largado como ser pelo analisante. (p. 117)

Sobre o final da análise, Kehl (2002) se refere à necessidade do analisante descobrir o analista como um ser de falta: "*O que o analisando demanda do analista é uma forma de reconhecimento, de saber, sobre o ser. A descoberta dolorosa de que ao analista também falta o ser possibilita ao analisando tomar a seu cargo o enigma do desejo.*" (p.153). Esta constatação possibilita que o analisante não mais busque respostas num Outro mas torne-se autor de seu próprio destino.

No final da análise parece que nos deparamos com a descoberta de que o que encontramos na busca de nós mesmos não nos é estranho; pelo contrário, encontramos aquilo que já conhecíamos desde sempre mas que não ousávamos reconhecer.

O Tempo e o Tornar-se Analista

Como começa o processo de formação? E em que momento nos tornamos analistas? Como reconhecer estes dois momentos?

Vamos considerar estas questões em analogia com as reflexões acima sobre a análise pessoal.

O desejo de tornar-se analista dirige o indivíduo a buscar os caminhos que institucionalmente são exigidos: o estudo teórico sistemático e acompanhado por uma instituição, a prática e supervisão clínica, e a análise pessoal. Tais atividades são planejadas, agendadas e executadas no tempo cronológico. Mas há de existir um momento subjetivo em que se inicia um processo de investimento em si mesmo que acena uma disposição para submeter ao inconsciente os motivos de tal escolha.

A análise de alguém que aspira tornar-se analista tem suas singularidades. A conclusão da análise seria o indicador desta passagem de analisante a analista?

O desejo de tornar-se analista é um sintoma que precisa ser analisado na transferência. A transferência favorece a idealização do analista e o desejo de ser como ele. O processo de "desidealização" no decorrer da análise leva a uma reorganização do significado do lugar do analista que precisa ser apreendido pelo analisante. Quando o analisante coloca o analista numa posição de menos importância e poder na sua análise, ou seja, quando a conclusão da análise se aproxima, ele coloca a si mesmo numa posição mais igualitária com o seu analista e permite-se trocar de lugar com ele. Abrir mão da idealização do analista significa renunciar à própria onipotência e estar pronto para assumir a posição de analista sem a ilusão de tudo saber.

Isto é possibilitado pela destituição subjetiva referida acima. No final da análise o analisante se reconhece como ser de falta, condição necessária para que ele, quando analista de outros, suporte ser deixado no final como "resto" da experiência analítica.

Sabemos, desde Freud, que a análise pessoal é condição para o exercício da função de analista. É no processo de análise que o analisante se torna analista. Segundo Quinet (1998), o ato

analítico é aquele pelo qual o analisante se torna analista e marca o final da análise.

Para Lacan, o desejo do analista é o desejo de saber, que paradoxalmente está relacionado com o saber ser um resto, um rebotalho (Quinet, 1998). O analista é o sujeito a quem adveio, no final da sua própria análise, o desejo de saber. Quanto ao tempo para que este final de análise (e o tornar-se analista) ocorra não se pode determinar. O que regula o ato analítico está fora da dimensão racional, situando-se do lado do ser, do “sou onde não penso”, do não-saber a priori, e, portanto, do inesperado, escapando a qualquer tentativa de previsão.

Em analogia com as colocações acima acerca do final da análise, aqui também parece ocorrer uma transferência da transferência. O investimento na relação com o analista se desloca agora para outros objetos e, em particular, para a filiação a uma instituição. O “recém-tornado analista” busca na instituição a canalização do seu desejo como analista e na relação com seus pares a reafirmação de sua própria identidade. Além disso, ele traz a público a sua própria condição de analista para ser apreciada e ratificada pela instituição. Em última instância, a instituição é um lugar para a sublimação e para a concretização dos ganhos pessoais obtidos com a análise, ou seja, para a possibilidade de *amar* e de *trabalhar*. A instituição é um espaço para o analista exercer a sua capacidade de *amar* (ou de se relacionar positivamente), através da relação de confraria entre os pares, e de *trabalhar*, através da produção científica.

Isto nos leva a considerar a importância da instituição para a formação do analista e para a Psicanálise. Não há formação *do* analista, assim como não há “o” analista. O analista se forma num processo único e subjetivo de preparo pessoal. Esta preparação envolve sua análise pessoal, sua prática clínica supervisionada e o estudo teórico. A formação teórica do analista depende da leitura que é capaz de fazer do texto psicanalítico e da sua relação pessoal com os conceitos teóricos experienciados na

prática clínica. A instituição psicanalítica é o lugar para o aprofundamento do conhecimento teórico e para a produção científica. É, ainda, o espaço para o psicanalista compartilhar sua prática e colocar suas questões e impasses pessoais podendo, assim, suportar o lugar de analista.

Concluindo, a formação do analista demanda tempo – cronológico e subjetivo – no estudo aprofundado dos textos, na experiência clínica supervisionada, e, principalmente, na análise pessoal. Assim como uma análise, o processo de formação deve ter um fim cronológico, ele não deve durar para sempre. No entanto, seu término deve ser marcado pela chegada do tempo subjetivo no próprio analisante e manifesto através do seu ato de autorizar-se analista, a ser ratificado pela instituição.

Referências bibliográficas

Braga, A.A.N.M. (1998). O Tempo em Análise!!! Psicologia Ciência e Profissão, 18, n.3, 42-47.

Freud, S. (1996). Sobre o início do tratamento. Em: Novas Recomendações sobre a Técnica da Psicanálise I. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 13. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1913).

Freud, S. (1996). Análise terminável e interminável. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 23. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1937).

Kehl, M.R. (2002). Sobre Ética e Psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras.

Laplanche, J. (1992). Novos Fundamentos para a Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes.

Quinet, A. (1998). As 4 + 1 Condições da Análise. 7ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.